

entre as leis e as práticas sociais perpetua o nepotismo e faz com que a vida social decorra movida por duas éticas distintas, a da casa, aplicada às razões de família e da rua, usada no exercício de funções públicas. A família, de qualquer modo, persiste como valor e referência fundamentais na sociedade brasileira.

Sem dúvida um livro que contribui para enriquecer o debate sobre um tema que, se não é de todo novo, só há pouco tempo vem sendo alçado ao rol das questões maiores nas Ciências Humanas. Talvez por isso somente agora seja possível, como propõem as organizadoras e mesmo alguns dos autores, uma releitura de clássicos como Gilberto Freyre, que mostre que as novas formas de família nuclear foram moldadas pela mentalidade patriarcal predominante anteriormente. Pois o saber se constrói acumulando conhecimentos, que nem sempre podem ser reduzidos a meras dicotomias, engano no qual por vezes parecem incorrer as organizadoras: ao limitar as leituras sobre a família patriarcal a dois planos possíveis de análise, um que toma a família como fato empírico, outro que privilegia a representação social, esquecem-se de que o fato sociológico é sempre uma construção social e uma representação da realidade. A própria família é tanto um grupo social empiricamente constituído quanto a representação que dela fazem seus membros. Não há certo ou errado, a ênfase em qualquer uma dessas dimensões é uma questão de opção teórica e metodológica. Pena que as organizadoras não só privilegiem claramente uma das dimensões, mas também desmereçam a outra, na própria Introdução. Afinal, sua função deveria ser justamente a de introduzir o leitor na leitura isenta de todos os artigos e não a de fazê-lo firmar *a priori* posição contra ou a favor de algum deles.

Cristina Bruschini

TRABALHO E CONHECIMENTO: Dilemas na Educação do Trabalhador

CARLOS MINAYO GOMES, GAUDÊNCIO FRIGOTTO, MARCOS ARRUDA, MIGUEL ARROYO E PAULO NOSELLA

CORTEZ/AUTORES ASSOCIADOS, SÃO PAULO, 1987.

Preparados para discussão na IV Conferência Brasileira de Educação, os cinco ensaios reunidos neste li-

vro, tomam como ponto de partida as relações entre *Trabalho e Educação*. As funções da escola, dentro do modo capitalista de produção, são retomadas (e questionadas), quer sobre a ótica da burguesia quer sob o ponto de vista da classe trabalhadora, estabelecendo um profícuo debate com certas tendências críticas atuais que prevalecem, ao menos teoricamente, nos meios educacionais.

A inversão da afirmação "relação entre educação e trabalho" para "relação entre trabalho e educação" marca de forma profunda as análises desenvolvidas, não se tratando de mera questão semântica. A apreensão desta relação, sob esta forma, propõe uma análise da natureza do trabalho e das relações estabelecidas no seu exercício, entendendo a dinâmica do próprio trabalho como determinante do educativo e não o contrário, o educativo condicionando o trabalho, que acaba redundando em práticas e discussões a respeito da educação para o trabalho, educação pelo trabalho etc.

Os ensaios, conforme declinado na introdução do livro, tomam o texto de Gaudêncio Frigotto ("Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos") como base, apresentando a questão central, denominada de "crise de aprofundamento teórico" na apreensão e prática da relação trabalho-educação. Esta crise, segundo o autor, pode ser compreendida como resultado da assimilação superficial do discurso crítico a respeito da educação, que gera práticas que refletem a "interiorização das concepções e categorias do humanismo, do positivismo e do funcionalismo" (p. 14) da inversão metodológica da compreensão *trabalho e educação*, evidenciada pela "não-apreensão das relações de trabalho, as relações de produção, como práticas fundamentais que definem o modo humano-social da existência e se constituem na fonte primordial do conhecimento e da formação da consciência" (p. 17), e por fim, pela não "historicização da categoria valor-trabalho; capital-trabalho", representado pela estagnação (ou mumificação como o autor coloca), das categorias marxistas de análise, que passam a ser tomadas como dados, portanto abstrações, perdendo as dimensões da práxis, condição que permite a construção das categorias no próprio processo de análise e de transformação da realidade. Esta mumificação desarma o investigador para compreender as mudanças ocorridas no seio do capitalismo, na etapa do monopolismo, que marca diferenças na forma de exercício de

poder e de produção em relação à etapa do capitalismo liberal.

Paolo Nosella, no texto "Trabalho e Educação", propõe-se a historicizar a evolução do trabalho humano, tendo considerações a respeito de suas imbricações com a educação. São três os momentos que identifica no que tange ao desenvolvimento do trabalho. O "tripalium" representando o trabalho na escravatura, o "labor" com o trabalho exercido no capitalismo e a "poíesis", que seria o trabalho, o vir a ser, no socialismo.

Traçando o quadro social do Brasil no final do século XX, o autor observa que "o desenvolvimento das forças produtivas atingiu os níveis do mais avançado capitalismo" (p. 38), enquanto a miséria, ao mesmo tempo, alastra-se de forma assustadora. A partir dessa constatação, alinhava as linhas pedagógicas que debatem a relação trabalho-educação e que buscam soluções para este problema: os que, segundo o autor, pretendem restaurar os ideais da revolução burguesa, que sugerem pedagogias de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho (expansão de cursos técnicos); o assistencialismo, que propõe atividades que sirvam para a sobrevivência imediata (cursos de formação rápida como o de cabeleireiros, manicures, artesanatos caseiros etc.); pedagogias mais críticas, porém, segundo o autor, ainda abstratas, que pretendem "ensinar de forma organizada 'conteúdos crítico-sociais'" (p. 40); e a linha pedagógica que o autor propõe, que busca o trabalho como *poíesis*. Uma pedagogia concreta, "resultado de precárias sínteses que deixa os programas didáticos mais abertos à criatividade e organização dos educadores. Estes tomarão suas decisões a partir de orientações emanadas do coletivo político ao qual pertencem, e jamais do Estado".

O propósito do texto de Carlos Minayo Gomes ("Processo de trabalho e processo de conhecimento") é "pensar a educação referida ao conjunto de relações existentes no interior do processo produtivo" (p. 43) tendo como desafio criar ações educacionais que questionem a atual organização do trabalho.

Para o autor, além da escola que socializa para o trabalho, "é necessário ter em conta que é no próprio processo de trabalho que tem lugar essa socialização imediata, através de diferentes expressões de resistência e de subordinação da força de trabalho" (p. 44).

A preocupação central do ensaio diz respeito à questão da formação de consciência do trabalhador, apontando que a subsunção real do operário nunca se dá por completo. As novas formas de gerenciamento, tais como o "enriquecimento de cargos", "círculos de controle de qualidade", "grupos semi-autônomos" etc. são, antes de tudo, respostas dos grupos dominantes às resistências dos trabalhadores frente ao taylorismo e que buscam dar continuidade ao processo de exploração e à subsunção real, mas que, entretanto, levam em consideração o trabalhador como "ser pensante" com emoções e potencialidades diversas.

A consciência é gestada na práxis, "a partir da interpretação da realidade cotidiana, das pequenas e contínuas lutas diárias, mas fundamentalmente no confronto entre sujeitos com interesses opostos" (p. 54). Tal visão contrapõe-se às posições doutrinárias ou idealistas que consideram que a transmissão de noções do materialismo dialético é capaz de transformar consciências e portanto as práticas.

Para Gomes, há a necessidade de construir "estratégias questionadoras e transformadoras do próprio processo de produção" no qual se está inserido, tendo clareza, no entanto, que a resposta só poderá ser global através da transformação radical da sociedade.

O capitalismo de hoje não recusa o direito à escola, "o que ele recusa é mudar a função social da escola" (p. 58). Por isso, há a necessidade de "quebrar, no interior do ensino, a lógica da organização do trabalho (manual versus intelectual) existente no atual modo de produção" (p. 58).

No texto "A articulação trabalho-educação, visando uma democracia integral", Marcos Arruda apresenta sua experiência como operário de empresas metalúrgicas transnacionais, apontando a função social de reprodução do modo de produção que a escola cumpre.

Em seguida, a partir de sua experiência de trabalho "político-educativo" na Nicarágua sandinista, apresenta um "conceito alternativo de trabalho e idéias para uma nova relação entre trabalho e educação" (p. 61), levantando os desafios que devem ser superados nesta nova prática: o desafio de articular a prática com a teoria; o de "como transformar o trabalhador em estudante, técnico, cientista e ainda mais, artista sem que deixe de ser trabalhador" (p. 73); o de fazer do trabalho o próprio modo de existência,

expressão e libertação do ser humano e da sociedade; "o desafio de desenvolver um processo educativo orientado para a democracia" (p. 73); o de superar o confinamento da educação às escolas, transformando e reconhecendo que todos os membros da sociedade têm um papel educativo; e "o desafio de unir educação ao trabalho de tal modo que o processo educativo, enquanto gerador de sujeitos, esteja situado no coração mesmo de um sistema produtivo humanizado" (p. 74).

Miguel G. Arroyo discute no texto "O direito do trabalhador à educação" a diferença entre instrução e educação do trabalhador. A estratégia burguesa visa a expansão da escolarização e a repressão da educação.

A defesa da educação do trabalhador extrapola em muito a reivindicação de acesso à escola para todos. A educação ultrapassa aquilo que é realizado pela escola. Na prática social e produtiva, há uma pedagogia onde "se faz cultura, o povo se educa e se forja, se torna ser social consciente" (p. 80).

Nas sociedades ocidentais, o educativo é reduzido a um espaço institucionalizado que nega a educação que ocorre além dos muros da escola, portanto nega os trabalhadores enquanto "produtores de saber e cultura".

O autor chama a atenção à questão do educativo que passa nos movimentos sociais, nos partidos, sindicatos, associações etc.

A burguesia tem clareza de que o educativo passa pela prática social e produtiva, pois foi neste *locus* que forjou o trabalhador de seu interesse. Desta forma, sabe também que é neste *locus* que os "trabalhadores se educam, onde se sabe, constroem sua identidade contra-hegemônica" (p. 90), buscando aí o controle, negando e reprimindo a verdadeira educação dos trabalhadores, e não no espaço institucionalizado.

As ciências da educação, para o autor, são resistentes à superação das "velhas concepções", tendo dificuldade em sair da escola, e observar e atuar onde a educação das classes trabalhadoras, de fato, acontece.

Pontos importantes a respeito da educação são retomados nestes ensaios. Claro está, que representam uma corrente no pensamento educacional brasileiro que se contrapõe à denominada "Pedagogia crítico-social dos conteúdos". As reflexões sobre o educativo deixam de tomar como eixo central as dificuldades, problemas e soluções do que ocorre dentro da escola, deslocando suas

preocupações para o que se passa no seio da "prática produtiva e social".

Silvio Duarte Bock

